

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número do décimo primeiro volume da Revista Eletrônica E-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número inicia-se com o artigo **A privação das capacidades a partir de Amartya Sen: um estudo sobre o controle social contemporâneo** por meio do qual Angelica da Silva Corrêa e Alexandre Marques Silveira examinam as contribuições de Amartya Sen para uma possível solução das privações das capacidades dos indivíduos, inclusive a superação da banalização do atual sistema punitivo.

Em seguida, Suelen Tavares Gil averigua no artigo **Há direito de** arrependimento sobre as reservas de hospedagem contratadas pela internet? como o direito de arrependimento e seus efeitos sobre o contrato de hospedagem realizado por via virtual operam, concluindo que o direito de arrependimento dos contratos de hospedagem realizados *online* apresenta especificidade em cada caso prático, e pode ter efeitos distintos conforme o uso ou não do serviço do qual o consumidor desistiu.



No artigo Fins da pena no Estado Democrático de Direito: ainda faz sentido defender o caráter preventivo da pena e a necessidade de ressocialização do condenado?, Tiago Caruso Torres visa contribuir de maneira positiva para o debate trazendo para o leitor o confronto entre a teoria e a prática, buscando, ao fim, extrair de ambas o que ainda resta como verdadeira essência da pena estatal.

Carvalho, no artigo **A reconstrução da dignidade da pessoa humana na sociedade brasileira: entre ficção e realidade,** transcendem as normas positivas concentrando-se em problemas de interpretação que embasam doutrinas e jurisprudências, uma vez que a dignidade da pessoa humana não pode ser visualizada como uma mera norma ética ou relacionada aos ditames de boa-fé, mas sim como parâmetro que deve acompanhar as relações sociais, razão pela qual encontra proteção em vários dispositivos constitucionais pelo mundo, a fim de propiciar um direito mais humano.

O artigo **A participação cidadã nas fraudes à licitação como meio de controle social e combate à corrupção,** de Márcio Bonini Notari, aborda as fraudes que envolvem a Lei de Licitações (8.666/93), na aquisição de bens na Administração Pública, a partir do exercício da cidadania e da participação societal no procedimento licitatório.

E-Civitas -Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH -Belo Horizonte.

Volume XI, número 2, dezembro de 2018 - ISSN: 1984-2716
ecivitas@unibh.br Disponível em:



No artigo Aplicação da justiça restaurativa aos atos infracionais e a necessidade de especialização da justiça criminal juvenil, Mariana Andrade Cristianismo e Débora Fialho Ribeiro Glória, a partir do estudo de casos e decisões judiciais, examinam aplicabilidade da justiça restaurativa aos atos infracionais e a necessidade de especialização da Justiça Criminal Juvenil.

Henrique Avelino Avelino Lana, no artigo **Uma década após a vigência da Lei de Recuperação de Empresas e Falência: considerações empíricas em prol de seu aperfeiçoamento,** propõe uma reflexão sobre a Lei 11.101/05, buscando identificar, principalmente por dados estatísticos e empíricos, se os seus objetivos estão sendo alcançados, tal como idealizado.

E, finalmente, Claito Caregnatto e Claudia Toledo no artigo **O** direito de **propriedade imobiliária** tratam do direito de propriedade, analisando sua evolução e a instituição de novos paradigmas ao longo do tempo.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade juridica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas

E-Civitas -Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH -Belo Horizonte.

Volume XI, número 2, dezembro de 2018 - ISSN: 1984-2716
ecivitas@unibh.br Disponível em:

http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index